



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

EVANILDA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA ANA NERY:
DESCOBRINDO O PATRIMÔNIO CULTURAL**

Cachoeira

2010

EVANILDA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA ANA NERY:
DESCOBRINDO O PATRIMÔNIO CULTURAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Museologia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Profa. Rita de Cássia Salvador de Sousa Barbosa.

Cachoeira

2010

EVANILDA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA ANA NERY:
DESCOBRINDO O PATRIMÔNIO CULTURAL**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em 14 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora

Rita de Cássia Salvador de Sousa Barbosa - Orientadora _____
Ms. História Social pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Archimedes Ribas Amazonas _____
Ms. Multidisciplinar em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Elaine Gonçalves _____
Graduada em Museologia pela Universidade Federal da Bahia
Técnico em Nível superior da UFRB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A Deus, que me deu o dom da vida e que me fez ter força e coragem para prosseguir em meio às lutas diárias.

A minha família querida que soube compreender cada ausência minha e com amor me apoiaram tão intensamente durante esses quatro anos acadêmicos.

Aos meus amigos, que acreditaram em meu sucesso e por isso a cada momento me incentivaram com palavras sinceras de amor e carinho.

Amo a todos vocês por atuarem de forma tão presente e em minha vida. Saibam que só Deus poderá recompensar a cada um de vós de maneira especial.

AGRADECIMENTOS

A Deus por essa grande vitória em minha vida. Pela luz que sempre ilumina o meu caminho.

A Prof.^a Rita pela Orientação dada para que esse momento se tornasse possível.

À Escola Ana Nery pelo apoio dado para a realização dessa pesquisa e por me receber de braços abertos.

À minha família e amigos pelo carinho e pelas orações feitas durante toda essa trajetória da minha vida, em especial meu irmão Willys. Querido, você é um exemplo de luta e determinação, obrigado por tudo.

À minha querida cunhada e amiga Débora. Valeu por toda dedicação, pelo carinho e por todo apoio, muito obrigado pelos momentos alegres e difíceis que compartilhamos. Você me ajudou a levantar quando muitas vezes pensei que não iria conseguir.

Ao meu namorado Neto pelo carinho e pela compreensão.

A todos os Professores do Curso de Museologia pelos conhecimentos apreendidos durante esses quatro anos. Em especial a Suzane Pinho pela sua paciência, dedicação e compreensão para com todos nós.

Ao Professor Carneirinho e as Professoras Iolanda e Zenaide por compartilharem comigo seus conhecimentos para a elaboração desse trabalho.

Ao Programa Conexões de Saberes pela maravilhosa experiência, em especial aos colegas Queilane, Jeovana e Emamuel. Boa sorte nessa nova caminhada.

Aos meus colegas inseparáveis, Tatiane, Gislaine e Gilcimar. Obrigada pelos momentos inesquecíveis que passamos nesses quatro anos. Destacando a minha querida amiga Tatiane que esteve comigo desde o terceiro dia de aula. Obrigada por compartilhar comigo grandes momentos, aprendi muito com você.

Obrigada a todos vocês e àqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire

RESUMO

A Educação Patrimonial é de extrema importância para que o indivíduo perceba o ambiente em que está inserido e sinta-se co-responsável por sua preservação. Nesse sentido, este trabalho de pesquisa, busca refletir sobre como a Escola Ana Nery, pertencente à jurisdição pública no município de Cachoeira-Ba, tem se preparado para garantir a interação de seus alunos com o patrimônio da cidade, de maneira que possam compreender a importância dele em sua história. Para efeito desse estudo a metodologia aplicada foi de natureza qualitativa e descritiva, seguindo o modelo de observação direta e aplicação de questionários junto aos educadores e alunos da escola analisada, buscando averiguar as concepções dos agentes inseridos na comunidade escolar da referida instituição sobre o tema pesquisado. A instituição pesquisada não possui nenhum programa voltado para a valorização e preservação do patrimônio. Concluiu-se então, que a referida escola não está preparada para atender aos cidadãos numa proposta de Educação Patrimonial.

Palavras-chave: Educação Patrimonial – Patrimônio – Valorização – Reflexão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO AMBIENTE DE PESQUISA	15
1.1 Construção histórica da cidade de Cachoeira.....	15
1.2 Escola Ana Nery, a comunidade e o processo de sistematização educacional de Cachoeira.....	18
2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	22
2.1 Educação Popular como mecanismo para a Educação Patrimonial.....	22
2.2 O que é educação Patrimonial?.....	23
2.3 A importância da educação patrimonial nas escolas e na comunidade.....	28
2.4 Educação Patrimonial na Escola Ana Nery.....	30
3 CONSCIÊNCIA DA COMUNIDADE	32
3.1 Caracterização do ambiente de pesquisa.....	32
3.2 Concepções dos educadores sobre a Educação Patrimonial.....	33
3.3 Visão dos alunos sobre o patrimônio cultural.....	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES	51
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que, a sociedade atual tem buscado uma educação que proporcione a formação plena do indivíduo, acreditamos que isso só será possível quando o sistema educacional for reformulado no sentido de que possa contemplar as questões concernentes à Educação Patrimonial, definida como o estudo centrado no patrimônio cultural. É nesse sentido que se propõe o nosso tema de pesquisa, buscando refletir sobre até que ponto a Escola Ana Nery, situada na cidade de Cachoeira, entre a Rua Virgílio Damásio e a Praça Ubaldino de Assis tem se preparado para que essas mudanças possam ocorrer e assim garantir a interação de seus alunos com o patrimônio da cidade e compreendam a importância dele em sua história, podendo a partir daí preservá-lo. Sendo assim, é fundamental que o indivíduo esteja consciente da importância em explorar o patrimônio cultural, pois assim conhecerá a realidade na qual ele está inserido, as transformações que passaram ao longo dos anos e sentir-se como parte integrante do mesmo.

Dessa forma, a iniciativa deste trabalho monográfico partiu do princípio que a Educação, enquanto direito de todos, é de vital importância para o exercício da cidadania e para a plena participação do indivíduo na sociedade. Conhecer, de forma efetiva, seus Patrimônios é sentir-se inserido em seu contexto histórico como agente cultural responsável por sua preservação, produção e disseminação.

A escolha deste tema surgiu devido à minha experiência em perceber que a Educação Patrimonial, além de ser uma temática pouco explorada em ambientes escolares, são práticas muito recentes, aplicadas em ambientes de Educação não-formal. Até pouco tempo, o ensino formal, não abordava em seus parâmetros curriculares questões concernentes aos patrimônios, realidade revertida mediante as mudanças dos conceitos de Patrimônio, Museu e Museologia, que, a partir da década de 1970, passou a atribuir às instituições culturais um caráter educacional.

O conjunto de bens culturais onde a Escola Ana Nery está inserida oferece infinitudes de opções que podem ser trabalhadas no âmbito da Educação Patrimonial, tendo em vista a riqueza de acervos pertencentes à cidade onde ela se encontra inserida. Realização de pesquisas acerca de algum bem cultural, análise crítica sobre as condições de conservação desses bens, data de criação desses bens, a importância deles enquanto Patrimônios históricos, reconhecimento da sua identidade e responsabilidade social enquanto proprietários desses

bens são práticas que colaboram para o exercício da cidadania. Assim, definimos o conceito de cidadania como um conjunto de direitos e deveres de todos, estando conciso de suas responsabilidades para com a sociedade em que se vive, tornando o exercício da cidadania possível no momento em que cada cidadão possa entender as transformações dessa sociedade e buscar um novo fazer.

Com o objetivo de analisar o conhecimento dos educandos e educadores sobre o tema abordado, buscamos trabalhar questões de Educação Patrimonial na Escola Ana Nery, para os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental I, com o intuito de despertar no estudante o interesse em conhecer, valorizar e conservar o patrimônio regional. Além de estimular os professores no desenvolvimento de atividades educativas, visando o respeito e a valorização da diversidade cultural, contribuindo para conscientização dos mesmos acerca da importância da preservação dos bens culturais para a perpetuação da memória social. Nesse sentido, a importância do trabalho voltado para a Educação Patrimonial é proporcionar o conhecimento da história local e dos bens culturais para os educandos, enquanto membros da comunidade, ampliando seus horizontes do ponto de vista cognitivo/ afetivo, a fim de compreenderem o ambiente que os cerca e sua história, contribuindo para sua formação escolar, identitária e de cidadania. O norte dessa pesquisa não se restringe apenas em transmitir conhecimentos sobre os patrimônios existentes na cidade, mas despertar o interesse e a curiosidade das crianças para que elas possam fazer uma análise ativa do patrimônio que as cerca, e assim contribuirmos para a formação de agentes multiplicadores de ações preservacionistas.

Os museus durante muito tempo foram vistos como um local de guardar coisas velhas. Isso significa que seu estudo ficava focado apenas nos objetos sendo que as práticas desenvolvidas nesses espaços ficavam exclusivamente voltadas para o interior das instituições, ou seja, o público só tinha participação passiva. Realidade essa que só veio sinalizar mudanças a partir da década de 70, como havíamos explicitado anteriormente. Essa nova prática do fazer museológico, conhecido como o movimento da Nova Museologia é:

Aquela exercida dentro de um território, trabalhando o patrimônio com uma comunidade participativa. O museu dentro dessa Nova Museologia é entendido como um ato pedagógico para o eco-desenvolvimento (PRIMO, Cadernos de Sociomuseologia, 2006, p.9)

Essa Nova Museologia está voltada totalmente para o trabalho efetivo com a comunidade, reconhecendo os museus como locais de memória e recanto para o desenvolvimento de uma Educação não-formal, tornaram as áreas de conhecimento da

Museologia, Arqueologia, Antropologia e sociologia, temas mais abordados no ambiente escolar, sinalizando respostas profícuas nas relações sociais evidenciadas em sala de aula e em ambiente extra-classe, desenvolvendo sentimentos de respeito ao próximo e as suas diferentes culturas. Sendo assim, os museus começaram a trabalhar a educação no sentido de que o público se aproprie do conhecimento que está sendo exposto através do objeto, levando-os a refletir e a criar seu próprio discurso. Sobre isso, Letícia Julião afirma que:

Concebidos com a função de educar o povo desde a Revolução Francesa, os museus, no entanto, mantiveram-se por longo tempo como uma espécie de lugar sagrado, alheio à realidade das sociedades nas quais estavam inseridos, pouco atraentes para o público em geral. Não por coincidência experimentaram uma crise profunda a partir da década de sessenta, atingidos por críticas radicais e movimentos de protestos, em vários países em favor da democratização das instituições políticas, educativas e culturais. Nesse contexto, inicia-se um processo de transformações substanciais nos museus, tendo o público como centro de suas preocupações (JULIÃO, Cadernos de Diretrizes Museológicas, 2006, p.29).

Percebemos que o papel dos museus é atuar junto à comunidade, fazendo com que suas ações ultrapassem os muros das instituições, passando a ser exercida de forma ativa pela comunidade e assim, atender as suas necessidades e expectativas, uma vez que o museu deve refletir a dinâmica da sociedade na qual está inserido.

O advento da Nova Museologia proporcionou contemplar as questões relacionadas aos museus, de maneira que, os métodos de descrição, análise e interpretação dos objetos tivessem o intuito de utilizar a pesquisa, a conservação e a educação para a preservação do patrimônio cultural. Nesta perspectiva, a comunidade museológica percebe a Educação como prioridade no museu, uma educação que leve o indivíduo a libertação e ao questionamento, e não aquela em que o visitante figure como mero espectador, recebendo respostas prontas e acabadas.

Tendo em vista que a educação é uma função social fundamental para o museu, e levando em consideração a amplitude de suas ações para os espaços não formais, trabalhamos com a Educação Patrimonial, antes aplicada no Museu Imperial que tem como principal objetivo a exploração do objeto cultural, a fim de levar o educando ao desenvolvimento, à reflexão e ao desejo de querer conhecer mais sobre o local onde está inserido. Nessa perspectiva, as evidências materiais produzidas pelo homem passam a ser guardada nos museus, pois estes foram criados especificamente para conservá-los e guardar sua história e a memória da sociedade que o criou, tornando-se um espaço de comunicação e de divulgação

de conhecimento. Além do mais, os objetos carregam uma riqueza de informações que, se sistematizados, emitem mensagens que ajudar-nos a compreender o homem e a sua trajetória evolutiva na sociedade. Podemos entender que o homem ao longo de sua existência sempre teve a preocupação em deixar vestígios de seus testemunhos materiais, ou seja, objetos que de alguma forma representam o seu modo de vida. É nesse contexto, que surgem os museus, datados da Antiguidade e criados na Grécia antiga. O termo grego “mouseion, ou casas das musas, eram os antigos templos das musas (filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória), onde várias obras de artes eram expostas, elas existiam, nesse período, com a função de agradar as divindades, não para serem contempladas pelo homem” (SUANO, 1986, p.1). Ao longo da história os museus foram adquirindo novos propósitos como, por exemplo, desenvolver sua função social atuando no âmbito educacional.

A partir do Renascimento o termo museu muitas vezes foi usado para denominar as coleções principescas e os Gabinetes de Curiosidades, e as coleções científicas as quais, em sua maioria, foram chamadas de museus. “As coleções principescas demonstravam riqueza e poder, sendo que essas coleções eram constituídas de manuscritos, mapas, porcelanas, moedas, armas, dentre outros” (SUANO, 1986, P.13 e 14). Os Gabinetes de Curiosidades não tinham uma preocupação em criar um processo de sistematização, ou seja, estabelecer uma classificação científica desses conhecimentos. Dessa maneira, esses gabinetes não passavam de um amontoado de objetos que despertavam, somente, a curiosidade, não tendo nestes uma preocupação em passar qualquer conteúdo. “Os Gabinetes surgem como lugares de memória por excelência. Não uma simples memória enciclopedista, mas uma memória que amplia a sensação de poder, de conhecimento, de pertencimento” (FIGUEREDO e VIDAL, 2005, p.152).

Com o passar do tempo, as coleções começaram a ser especializadas e organizadas conforme as atribuições de cada objeto, tendo em vista as concepções da época, ordenado num corpo de doutrina, reunidas sobre algum princípio, e é nesse cenário que se descortinam as tipologias dos museus. As coleções passaram a servir de pesquisa para a ciência ou interesses de seus proprietários, não estando abertas ao público em geral, mas já sinalizando sobre seus propósitos sociais e educacionais. Somente no final do século XVIII, o público começa a ter acesso às coleções, porém de maneira restrita. Segundo Marlene Suano essas restrições aconteciam de forma indiscriminada, não apenas por causa de roubos, mas também por causa de outro grande problema, “na Europa, até o século XVII e mesmo XIX, era muito

grande o número de pessoas incapazes de ler ou escrever, sem nenhuma educação ou informação sobre o mundo para além de sua pequena vila ou cidade” (SUANO, 1986, p.26)

A mesma autora diz ainda que naquela época as coisas raras e que despertavam a curiosidade nas pessoas eram as atividades realizadas nos circos ou feiras ambulantes e que quando as pessoas visitavam as coleções geralmente o faziam de forma desrespeitosa. Assim, percebemos o quão se faz imprescindível um trabalho voltado para o conhecimento e a valorização do patrimônio.

Patrimônio é uma palavra de origem latina, derivada de *pater* que significa pai, ou seja, a herança ou legado que o pai deixa para o filho. Sobre isso Maria de Lourdes Horta faz uma belíssima explanação quando afirma que:

O patrimônio, como o nome diz, é algo herdado de nossos pais e antepassados. Essa herança só passa a ser nossa, para ser usufruída, se nos apropriarmos dela, se a conhecermos e reconhecemos como algo que nos foi legado, e que deveremos deixar como herança para nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no tempo e na história. Uma herança que constitui a nossa riqueza cultural, individual e coletiva, a nossa memória, o nosso sentido de identidade, aquilo que nos distingue de outros povos e culturas, que é a nossa “marca” inconfundível, de pertencermos a uma cultura própria, e que nos aproxima de nossos irmãos e irmãs, herdeiros dessa múltipla e rica cultura brasileira. (HORTA, 2003, p.2)

Assim, podemos notar que toda a herança cultural que nos foi deixado e que constitui a nossa memória, assim como a nossa identidade, só será de fato nossa a partir do momento em que nós nos apropriarmos e afirmamos que o mesmo nos pertence.

O universo deste trabalho de pesquisa foi constituído pelos estudantes, pela diretora e professores, que compõem o quadro da rede regular de ensino na escola da rede pública municipal Ana Nery. Para o desenvolvimento deste trabalho aplicamos um questionário para os educandos e para os educadores. Utilizamos o método qualitativo e descritivo, seguindo o modelo de estudo de caso com observações diretas como instrumentos de coletas de dados, buscando averiguar as concepções dos agentes inseridos na comunidade escolar da referida instituição sobre os conceitos de Patrimônio no município

A fim de aprofundar o tema abordado neste trabalho, faz-se recurso, principalmente, a alguns autores os quais nos fazem refletir acerca da importância dos métodos da educação patrimonial e processo de conscientização para a sua valorização. Dentre os quais citamos: Suano (1986), O que é Museu?; Leite e Ostetto (1997), Museus, Educação e Cultura; Freire

(1996), Pedagogia da Autonomia; Horta, Monteiro e Grunberg (1999), Guia Básico de Educação Patrimonial; Grunberg (2000), Utilizando os Bens Culturais como Recursos Educacionais; Mello (2001e 2009), Crônicas Memoriais e A História da Cidade de Cachoeira; Figueredo e Vidal (2005); Moraes (2005), Educação Patrimonial nas Escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural; Teixeira (2008), Educação Patrimonial no Ensino de História; dentre outros.

Tendo em vista o objetivo a ser alcançado trabalhamos no primeiro capítulo, intitulado: “Aspectos Históricos do Ambiente de Pesquisa” fizemos um breve histórico sobre a cidade de Cachoeira, sobre o processo de construção da escola Ana Nery, assim como, a sua importância para a comunidade em que está inserida, considerando informações colhidas principalmente nas obras: “Crônicas Memoriais e História da Cidade de Cachoeira”, de Francisco José de Mello. Essa reflexão histórica se faz necessária para entendermos em qual contexto histórico a escola estava sendo construída. No segundo capítulo, “Educação Patrimonial” abordamos algumas definições de Educação Patrimonial, sua importância para as escolas, em especial a Escola Ana Nery. No terceiro capítulo “A Consciência da Comunidade”, trabalhamos com os dados obtidos de nossa pesquisa, buscando entender à realidade cultural dos alunos e como a escola lida com as questões referentes ao Patrimônio, visto que, Cachoeira é uma cidade tombada em instância Federal. Por fim, tecemos nossas considerações finais de tudo que foi explanado ao longo da pesquisa.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS DO AMBIENTE DE PESQUISA

1.1- Construção histórica da cidade de Cachoeira

A cidade de Cachoeira é localizada no Recôncavo Baiano, situada às margens do Rio Paraguaçu, sendo uma região composta por vales e montanhas. Foi a cidade que mais gerou riquezas na época da colonização e também um grande marco nas principais lutas pela Independência da Bahia.

Cachoeira era apenas uma das capitânicas, terras que foram doadas a Paulo Dias Adorno por D. Álvaro da Costa, para incentivar a cultura da cana-de-açúcar. Os índios foram os primeiros a pisarem nas terras do Recôncavo Baiano, mas foram expulsos pelos colonizadores que se apoderaram destas terras por serem ideais para o cultivo da cana-de-açúcar, e também por que os riachos próximos serviam para trazer a cana da roça para os engenhos, e de lá o açúcar chegava mais rápido a Salvador pelo rio Paraguaçu.

Segundo Francisco José de Mello (2001, p. 20) Paulo Dias Adorno era um rico fidalgo português que viera acompanhando a expedição de Martim Afonso de Souza, chegando à Bahia de Todos os Santos em janeiro de 1532. Ele conseguiu ter uma convivência pacífica com os índios que habitavam essas terras pelo fato de ser casado com Felipa Álvares, filha de Caramuru. Dessa forma, Paulo Dias Adorno começou a construir sua propriedade e deu início a plantação da cana-de-açúcar. Na medida em que o canavial foi se desenvolvendo, surgiram as primeiras colheitas e com ela, as produções do engenho, fazendo com que essas terras fossem povoadas rapidamente.

No entanto, em outras regiões como no Iguape, os colonizadores não foram tão bem recebidos, pois os índios se revoltaram contra a invasão dos colonos, resultando em vários conflitos. Mesmo assim, eles conseguiram se fixar e construir suas propriedades e seus engenhos.

Devido ao desenvolvimento econômico da região e da população que crescia de forma bastante rápida, muitos fidalgos e comerciantes que se instalaram na povoação, passaram a exigir das autoridades do Reino de Portugal a criação da vila em face ao seu desenvolvimento. Assim, em 29 de janeiro de 1698 foi criada a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, sob a ordem do 32º Governador, Capitão Geral do Brasil D. João de Lancastro.

Cachoeira era considerada o segundo termo mais importante da Bahia. Compreendia uma enorme área geográfica, populosa, com intensas relações comerciais e intercâmbios culturais, vastas plantações de fumo e de cana, bem como, numerosos engenhos de açúcar. A cidade era ainda espaço de produção e distribuição de gêneros alimentícios, passagem dos diamantes de Mucugê e Rio de Contas, gado, além de escravos e toda sorte de produtos para as famílias da região. (SANTOS: 2007: p.11 -12)

No século XVIII e XIX, a Vila produzia não só a cultura da cana-de-açúcar como também a cultura do fumo em virtude do solo e clima propícios da região. Devido à sua localização e por ser um ponto estratégico de rotas que se dirigiam ao sertão, Minas Gerais e Recôncavo, além de Salvador que era a capital da colônia ocasionou um grande movimento das embarcações, tanto para o embarque de açúcar e fumo como para o desembarque de passageiros.

No século XIX, Cachoeira teve seu maior desenvolvimento econômico, uma vez que a economia do açúcar crescia cada vez mais com os numerosos engenhos e a cultura do fumo. Por essa razão, a Vila fortalecia cada vez mais seu movimento comercial e era grande o número de exportação e de pessoas vindas de toda parte para atividades diversas, como abastecimento de mercadorias e registros de documentos.

Com isso surgiu à necessidade da construção do cais para suprir o contingente de passageiros na Vila. No entanto, a obra da construção do cais foi concluída no começo do século XX pelo Deputado Federal Ubaldino de Assis que tinha grande prestígio junto ao Governo Federal e citado por Francisco de Mello (2009, p. 39) como o maior político de Cachoeira. Segundo Francisco de Mello vários municípios atuais do Estado da Bahia pertenceram à vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Eram eles:

São Felix, Maragogipe, Muritiba, Governador Mangabeira, Cruz das Almas, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, D. Macedo da Costa, São Filipe, Sapeaçu, Castro Alves, Conceição da Feira, Santo Estevão, Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana, Umburana, Amélia Rodrigues, Maria Quitéria, Iará, Ipirá, Tanquinho, Santa Bárbara, Conceição do Jacuípe, Ouriçangas, Riacho da Guia, Palame, Entre Rios, Cardeal da Silva, Conde, Esplanada, Altamira, Acajutiba, Jandaíra e Crisópolis (MELLO, 2001, p.36).

Em 1821, Cachoeira participa ativamente das lutas pela Independência da Bahia e, anos mais tarde, participa também da guerra do Paraguai (13 de dezembro de 1864 a 1º de março de 1870). Dessa forma, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira foi

elevada à categoria de cidade no dia 13 de março de 1837 em reconhecimento pela participação nas batalhas ocorridas na Bahia.

Tendo em vista os feitos de Cachoeira pelo Brasil, todos os anos, no dia 25 de junho, o governo estadual é transferido para a cidade num reconhecimento histórico. Assim, Cachoeira tornou-se a 2ª capital da Bahia, por lei (Lei Estadual n. 10.695/07).

Porém, na história de Cachoeira não houve apenas momentos de glórias, pois a partir de 1940 a cidade passa por uma grande fase de decadência, daí por diante, a sua economia começa a entrar em declínio. Foram vários os fatores que contribuíram para tal acontecimento, dentre eles podemos citar a derrota da Alemanha que resultou no confisco das empresas, causando o fechamento da Fábrica de Charutos Danneman, em São Felix, e os armazéns de fumo, deixando muitas pessoas desempregadas; a inundação de 1948 e outras que surgiram anos depois; a implantação da indústria de automóvel, que proporcionou o desenvolvimento de muitas cidades, uma vez que com a abertura das rodovias, as mercadorias não precisavam mais ser enviadas por via marítima, mais diretamente por caminhões. Isso fez com que Cachoeira perdesse seu interposto comercial e com isso houve também o esvaziamento da população. Somente no fim do século XX e início do século XXI com a vinda de algumas empresas para a cidade a economia volta a se resgatar, revitalizando a comunidade local.

Alguns anos depois, Cachoeira foi ganhando reconhecimento por sua riqueza patrimonial e assim ganhou o título de Cidade Heróica pelas ações dos cachoeiranos durante as lutas e também o de Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir do decreto 68.045, em 13 de janeiro de 1971. Esse acontecimento de início gerou grandes esperanças de que a cidade caminhasse para o progresso. Porém, segundo Mello (2001, p. 143) “os benefícios advindos da referida lei nunca saíram do papel”.

Desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, pelo Decreto-Lei nº25, de 30 de Novembro de 1937, em nível federal a cidade de Cachoeira foi alvo das ações de Tombamento. Em decorrência disso, alguns imóveis foram tombados individualmente e somente na década de 70 é que a cidade foi tombada como sítio histórico. Nesse período chegou a Cachoeira o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e também o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC, que possui

fundamentalmente os mesmos objetos do IPHAN só que em nível estadual. Ambos com o objetivo de salvaguarda do patrimônio material e imaterial.

A cidade de Cachoeira foi tombada pelo Patrimônio devido à presença de seus monumentos arquitetônicos, suas igrejas e casarões que ainda preservam a arquitetura do Brasil no período colonial, em sua maioria no estilo barroco. A Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja da Matriz, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, a Ordem Primeira e Terceira do Carmo, dentre outros são exemplos que constitui esse patrimônio.

Destaca-se também na cidade uma forte influência da cultura imaterial, como suas expressões, técnicas e conhecimentos, retratam tradições fortemente marcadas pela cultura africana. Faz parte desse contexto a Irmandade da Boa Morte e Esmola Cantada, Filhos da Barragem, Filhos do Caquende, dentre outros. Além disso, temos alguns cachoeiranos que se destacaram em sua história como o caso de Ana Nery, André Rebouças, Manoel Tranquilino de Bastos, Edson Gomes, Cine Calmon, entre outros.

Cachoeira, além do seu valor histórico, é uma cidade complexa e dinâmica que reflete o passado, mas também lida com o presente nas diversas questões sejam elas de cunhos sociais, econômicos, culturais e político agregando valores materiais e simbólicos (SIMÃO 2006. p. 58).

Durante muitos anos os monumentos arquitetônicos da cidade de Cachoeira vêm sofrendo um processo de descaracterização. Muitas vezes estes monumentos são recuperados, ou seja, restaurados. No entanto, isso não é o suficiente, pois é preciso que a comunidade se aproprie desse patrimônio enquanto parte de sua identidade, memória, assim como de sua história.

1.2- Escola Ana Nery, a comunidade e o processo de sistematização educacional de Cachoeira

A Escola Ana Nery surgiu no começo da 2ª década do século XX como o primeiro Grupo Escolar de Ensino Público cujo objetivo era atender a clientela da própria cidade, alunos do pré-primário e jardim da infância. Sua primeira diretora foi Maria José da Silva Rêgo Marion.

A instituição fica localizada entre a Rua Virgílio Damásio (antes Ponte Nova) e a Praça Ubaldino de Assis conhecido como Jardim Grande, próximo ao Rio Paraguaçu. A Escola pertence à jurisdição pública municipal da Prefeitura de Cachoeira Ba, uma vez que foi municipalizada no ano de 1999,

A escola recebeu esse nome em homenagem a Ana Justina Ferreira Nery, popularmente conhecida como Ana Nery, heroína que recebeu vários títulos e honras por participar da Guerra do Paraguai. Nasceu na Rua da Matriz, na Vila de Cachoeira em 13 de dezembro de 1814 e faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1880. Ela prestou assistência a todos que chegavam feridos da batalha, independente de ser brasileiro ou não. Dentre os vários títulos que recebeu destacam-se: Voluntária de caridade, Heroína de caridade e Mãe dos brasileiros na Guerra do Paraguai. Assim, sua bravura foi reconhecida, tornando-se a patronessa da primeira escola de enfermagem do Brasil. Conforme afirma Mello: “Ana Nery, deu à Nação Brasileira um exemplo de renúncia, coragem, dedicação e um profundo amor à Pátria” (MELLO, 2009, p.75).

Quando a Escola Ana Nery foi construída, a Praça Ubaldino de Assis ainda não havia sido ajardinada. O jardim só foi construído em 1933, pelo Prefeito Dr. Humberto Pacheco de Miranda, que governou a cidade entre 1932 a 1934. Nessa época, o jardim era considerado o mais belo e bem cuidado do Estado da Bahia. Sobre isso Mello (2009) afirma que:

A área era toda contornada com canteiros bem cuidados, cada um deles com um tipo de flor. Então, podem ser admirados os roseirais, com rosas de todos os matizes, outras com Dálias multicolores, outros com jasmims floridos, espargindo seu perfume. O mesmo acontecendo com as angélicas. E nas beiradas dos canteiros, a profusão do colorido branco e amarelo das margaridas e os crótons e tinhorões multicolores. Então aquele que se aproximava do jardim não continha a sensação de uma paz irradiada ao aspirar o perfume das rosas e dos jasmims, e quedava-se diante daquele recanto de beleza (MELLO, 2009, p.133).

Mello relata também que no ano de 1935 Dr. Durval de Miranda Motta assumiu a prefeitura da cidade. Porém, governou apenas no decorrido ano.

Ele afirma que no ano seguinte durante a gestão do novo prefeito Dr. João Vieira Lopes, o jardim começou a ser descuidado e entrou em processo de degradação, embora ele tenha sido um prefeito operoso. Também, já não existia o guardião, João Carneiro do Rêgo, farmacêutico e pequeno industrial que cuidava do jardim com todo amor e devoção, e com a inundação 1940, o jardim foi completamente destruído. Hoje ao olharmos para a praça conhecida como Jardim Grande, fica na memória e imaginação daqueles que conheceram e os

que não chegaram a conhecer a beleza que foi o jardim, outrora conhecido como o mais cuidado. Para ele, a “expressão Jardim Grande para designar a Praça da Avenida Ubaldino de Assis, foi em razão da imensa área ocupada pelo jardim da Rua Virgílio Damásio” (MELLO, 2009, p.133).

O movimento carnavalesco que acontecia na época era concentrado no antigo Jardim Grande, ou Ubaldino de Assis. Várias pessoas percorriam o jardim ao som das marchas e sambas carnavalescos. As músicas eram executadas no coreto existente até os dias atuais pela Filarmônica Lira Ceciliana e Minerva Cachoeirana.

A Praça Ubaldino de Assis recebeu esse nome em homenagem a Dr. Manuel Ubaldino do Nascimento de Assis, nascido em Cachoeira no dia 25 de dezembro de 1861. Segundo Mello (2001, p.39) Ubaldino de Assis foi o maior líder político de Cachoeira. Foi também Deputado Federal e Estadual em várias legislaturas. Seu nome é apontado como um dos maiores cachoeiranos de todos os tempos.

No que se refere à educação, foi implantado ainda no período colonial um ensino de alto nível, que se localizava no Seminário de Belém, dirigido pelo padre Jesuíta Alexandre de Gusmão. Este Seminário tornou-se o maior Centro de Ensino da colônia, pois era procurado, seja para aqueles que queriam seguir a carreira eclesiástica ou não. Dessa forma, vinham meninos de toda parte do Brasil para estudar no mesmo.

A partir daí, foram surgindo várias escolas na cidade, em sua maioria de caráter privado. Nesse período a cidade ainda não tinha energia elétrica e sobre isso Francisco de Mello afirma que:

Era penoso e desgastante, preparar lições à noite, em nossa cachoeira, para aqueles que estudaram até o fim da segunda década do século XX, ou seja, 1929, antes da implantação da rede de energia elétrica, que só chegaria à nossa cidade em fevereiro de 1930... As pessoas utilizam o candeeiro (bojo ou recipiente de vidro onde era colocado o querosene) para iluminar suas casas, algum tempo depois passaram a usar à luz do lampião... Existia, ainda, um pequenino lampião chamado “Fifó”... Era usado pelas camadas mais pobres da cidade (MELLO, 2009, p.62 e 63).

Nos anos 70, já com a energia elétrica foi implantado o primário para que os alunos pudessem dar seguimento aos seus estudos. Nesse período houve a inserção do Ensino Fundamental I que era chamado de 1º ao 4º ano primário, correspondente a 1ª à 4ª série. A atual diretora da escola é Elisabeth de Jesus Rodrigues que atua na escola há cinco anos. Os estudantes geralmente possuem idade entre nove e doze anos, sendo que a maioria deles

reside na zona urbana da cidade e outros na zona rural. Em sua totalidade, são alunos provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo.

Com a criação da Escola Ana Nery, surgiu à possibilidade das camadas mais pobres terem acesso aos estudos, uma vez que o direito ao ensino era restrito apenas as famílias mais abastadas da cidade, visto que, até então só existiam escolas particulares. Essa foi à primeira escola pública na cidade e para o usufruto de todos. Nessa época, o ginásio ainda não existia na cidade, sendo assim, as famílias que tinham condições mandavam seus filhos para Salvador a fim de prosseguirem com os seus estudos.

Quando o ginásio foi instalado na cidade, aumentaram as possibilidades das camadas mais pobres de poder frequentarem uma escola. Sua instalação foi na década de 50, mais precisamente em 18 de dezembro de 1954, nessa época era chamado de Ginásio da Cachoeira, hoje é Colégio Estadual da Cachoeira, que atendia as regiões do Recôncavo como, por exemplo, Muritiba, Conceição da Feira e Cabaceiras, e também as regiões do sertão como Brumado. Foi o primeiro ginásio oficial do interior da Bahia e tinha como Ministro da Educação, Simões Filho (Cachoeirano). O ginásio oferecia disciplinas optativas.

Durante o governo de Dr. Ivo Santana que governou a Cidade de Cachoeira na década de 70, houve inserção do nível superior na cidade (Escola de Enfermagem). O referido prefeito fez um convênio da Prefeitura com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desse modo, vinham professores de Salvador para dar aula na Escola de Enfermagem, com o objetivo de oferecer nível superior para os cachoeiranos.

Na gestão de Ari Mascarenhas, a Escola foi suspensa, pois achou que era dispendioso. Então, a luta por uma Universidade começou a partir daí. Pois as pessoas já começavam a compreender que a educação se constitui como viés progressista para a vida de todo cidadão, pois o aprendizado é à base da nossa vida, tanto social como profissional. Assim, a educação é um direito de todos nós, é de vital importância para o exercício da cidadania e para a plena participação na sociedade.

Diante de tudo isso, fica claro que, no que diz respeito à educação, o município de Cachoeira ao longo dos anos sempre se manteve em propulsão no intuito de fazer com que não apenas seus cidadãos como também outros das regiões circunvizinhas tivessem a oportunidade de crescer intelectualmente e em todos os sentidos. Uma vez que temos a consciência de que somente através da educação as pessoas poderão se desenvolver plenamente.

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.1 Educação Popular como mecanismo para a Educação Patrimonial

Sabemos que, durante muito tempo, apenas às formas de expressões da cultura material eram valorizadas, sendo esquecidas as manifestações culturais da cultura imaterial, por muitas vezes vistas como produções folclóricas. Isso significa que, as expressões culturais eram apenas mérito das elites. Sobre isso Londres (1997) faz menção a Mário de Andrade quando demonstrou grande preocupação em valorizar as expressões culturais da população como um todo, ressaltando a necessidade de um olhar voltado para as questões culturais como forma de educar a sociedade que, por sua vez, resultaria na defesa do patrimônio histórico e artístico.

Mário acreditava que divulgando as produções artísticas, tanto as eruditas como as populares, criando condições de acesso a essas produções, se estaria contribuindo para despertar a população para o que costumava ficar reservado para o gozo das elites – a fruição estética. Desse modo se estaria ao mesmo tempo, democratizando a cultura e despertando na população o sentimento de apego às coisas nossas (FONSECA, 1997, p. 102).

Nesse sentido, percebemos que, para que o indivíduo sinta-se imbuído do sentimento de pertencimento das manifestações culturais e assim possa apreciá-las e protegê-las é importante que este se perceba não como mero apreciador, mas sobretudo como co-produtor das manifestações culturais. Essa visão aliada a ideia de possibilidades educativas, fez surgir à educação popular embasada nas práticas políticas dos anarquistas na década de 20 e que teve reconhecimento do Estado mais precisamente na década de 30. Cujo foco era uma educação que valorizava a cultura popular, ou seja, uma educação voltada para o povo. Assim, a Educação Popular aparece como uma grande possibilidade de se trabalhar com a realidade de uma comunidade utilizando seus saberes como recursos para o ensino. O grande precursor da Educação Popular foi Paulo Freire que a definiu como uma teoria de conhecimento baseada na realidade, cuja principal estratégia de ensino é o conhecimento que parte do indivíduo, no sentido de que ele passe a ser estimulado a participar ativamente no processo ensino-aprendizagem estimulando-o assim, a transformar a sociedade em que está inserido.

Freire apud Dias e Soares (2004, p. 4), considera a “Educação Popular como a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a

realidade, para nela intervir, recriando a fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível de adestramento de outros animais ou do cultivo de plantas”. Isto por que, através dessa educação o indivíduo passa a refletir sobre a sua realidade ao mesmo tempo em que compreende de que forma pode interferir de maneira direta na sociedade e assim articular-se para melhorar a realidade em que vive.

Através da Educação Popular o aluno terá um conhecimento que se constituirá como um instrumento de libertação e preservação de sua memória. Essa libertação servirá para que o educando perceba que não existem apenas aquelas memórias imposta pela elite dominante, mas sim levá-lo a reconhecer que sua realidade pode ser representada através de seus patrimônios e suas memórias. No entanto, a determinação do que pode ser considerado como memória e patrimônios não devem ser impostas pelo educador ou pelo Estado, cabe ao educador propiciar ao educando a reflexão para que ele mesmo reconheça de acordo com suas necessidades e expectativas o que lhes compete como patrimônio.

Nesse sentido, a Educação Popular se expande servindo de embasamento para a educação patrimonial, cujo ensino vai além da valorização dos bens culturais, propondo-se a refletir sobre eles, resultando assim, no entendimento das particularidades desses bens e assim proporcionar a plena libertação dos indivíduos. Portanto, a Educação Popular associada à Educação Patrimonial fortalece a autoconfiança de cada indivíduo envolvido no processo de organização social e para a tomada de decisões.

2. 2 O Que é Educação Patrimonial?

No ano de 1983 se efetivaram as primeiras ações aplicando a metodologia de Educação Patrimonial no Brasil. Isso se deu a partir do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, cujo objetivo primordial foi o de discutir a cerca da necessidade de se desenvolver um trabalho visando o uso e a apropriação dos bens culturais. Esse Seminário aconteceu no Museu Imperial em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Segundo Maria de Lourdes P. Horta, a partir desse momento começaram a surgir diversas experiências, assim como várias atividades que foram realizadas em diferentes situações e lugares do país, contribuindo de maneira significativa para o resgate da memória coletiva e na recuperação da auto-estima de inúmeras comunidades outrora desestruturadas, além disso, promoveram o desenvolvimento das localidades, assim como buscaram

desenvolver ações de preservação do patrimônio cultural (HORTA, 1999, p.4). O patrimônio é o vestígio das várias culturas realizadas em diferentes sociedades e em vários contextos

Um jarro indígena fabricado e pintado à mão, nos remete à estrutura política, econômica, social e tecnológica do índio. Através do estudo do jarro e seu uso, passamos a ter conhecimento e uma melhor compreensão dessa sociedade indígena (GRUNBERG, 1995, p.4).

Nessa perspectiva, as evidências materiais, ou seja, os objetos criados pelo homem ao longo de sua vida serão tratados aqui, como um conjunto de bens produzidos e transmitidos para as gerações futuras, que por consequência refletem e guardam as relações de produção da sociedade que o criou e suas múltiplas formas de usá-los. Por conseguinte, podemos identificar através dos bens culturais a cultura de um povo e utilizá-los como meios de divulgar o conhecimento. Desse modo, podemos entender o conhecimento como o meio mais eficiente de viabilizar a utilização do patrimônio, sendo que, para isso acontecer há a necessidade de investimento na área da Educação. Nesse sentido, a educação patrimonial continuada é fundamental para despertar o entendimento e a preservação do patrimônio. Podemos compreender o princípio básico da Educação Patrimonial através das palavras de Horta, que norteia como princípio básico:

Tratar-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p.6).

Através das palavras de Horta temos um embasamento de que a Educação Patrimonial está centrada no patrimônio cultural. Uma vez que, podemos obter através deste uma variedade de informações como: o material que foi feito, a técnica utilizada para a sua confecção, tamanho, significado, função, dentre outras. A Educação Patrimonial torna-se, nesse aspecto, um processo constante de ensino e aprendizagem, levando qualquer pessoa, independente de sua faixa etária, a participar desse processo e estar em contato direto com o objeto, resultando na apropriação dos bens culturais, aprendendo a valorizar e preservar a sua herança cultural, assim como a do outro. É importante que façamos estudos sobre os objetos

pertencentes às comunidades, para que possamos extrair deles a memória de sua época, no intuito de compreender a sua história.

Neide Faccio, Gabriela Carrê e Hellen Souza (2007) abordam questão da Educação Patrimonial no município de Ipê, em São Paulo, voltado para o Patrimônio Arqueológico que constitui a herança cultural comunidade, que resultou no desenvolvimento de diversas ações como a elaboração de textos didáticos sobre a pré-história do Oeste Paulista para os professores e alunos do ensino fundamental e médio, a elaboração de revistas em quadrinhos sobre os índios que habitaram o Oeste Paulista, assim como a montagem do Museu de Arqueologia de Ipê, com peças arqueológicas que foram encontradas em sítios do município, dentre outras. Desse modo, a população tem a oportunidade de conhecer o patrimônio existente em sua localidade e valorizá-lo. Um fato interessante dessa herança cultural é saber que esse patrimônio arqueológico que deu origem a um dos museus mais importantes do estado de São Paulo foi constituído dos objetos deixados por grupos indígenas que habitaram o local no período colonial e que ajudaram na construção do Brasil com sua diversidade cultural e que hoje se mantém no museu como memória e identidade da comunidade de Ipê.

Outra questão que se faz pertinente para o desenvolvimento deste trabalho são os questionamentos que Adriana Teixeira (2008) traz, sobre Educação Patrimonial e sua importância no ensino formal. Um dos motivos levantados por Teixeira, que pode resultar na degradação e desvalorização do patrimônio, é a falta de práticas educativas, sendo que a falta de conhecimento e de sentimento de pertença levam as pessoas à não valorizar o patrimônio. Assim, acreditamos que, esse quadro só reverterá no momento em que as pessoas tiverem uma educação voltada para a conscientização e valorização daquilo que constitui a nossa memória. Desse modo, podemos ver o quanto se faz imprescindíveis às práticas de educação patrimonial nas escolas, em todos os lugares e em todas as instituições, para que a valorização do patrimônio cultural e sua diversidade venham a ser ampliadas.

A definição que Nathalie D. Faria e Ellen F. Woortmann (2009, p. 53) expõem de forma bastante esclarecedora compreendermos o que se constitui a Educação Patrimonial, “é a ação educativa sobre os valores coletivos existentes em um determinado grupo, consistindo na transmissão de informações sobre os saberes e fazeres de indivíduos antepassados para as gerações atuais”. Ainda afirmam que esse processo de conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio da qual se constitui a herança cultural faz as pessoas usufruírem seus bens gerando conhecimentos culturais.

Podemos perceber que a temática educação patrimonial é abordada de maneira mais freqüente nas disciplinas de História ou Ciências Sociais. Um fator que se constitui como barreira é que o currículo escolar possui uma sobrecarga de conteúdos que devem ser cumpridas ao longo do ano e isso faz com que a maioria dos professores nem ao menos pensem na possibilidade de implantar a metodologia da Educação Patrimonial no currículo. O que não podemos esquecer é que a Educação Patrimonial tem um trabalho voltado para a integração de várias disciplinas, como a História, Matemática, Geografia, Ciências, entre outras.

A falta de conhecimento ou de metodologia são alguns dos impasses que contribuem para que alguns professores negligenciem a educação patrimonial dos seus planos de aula. Em muitas escolas a Educação Patrimonial nem se faz presente no plano de curso das escolas. Critica-se a falta da educação patrimonial nas escolas ao mesmo tempo em que se ressalta a importância conteudista, marcada pelos processos de avaliação, onde os alunos estão preocupados em adquirir um score mínimo que lhes garantam passar para uma série superior a que se encontram. Nesse sentido, o que observamos é uma Educação voltada para atender às demandas de um mercado e não para o desenvolvimento pleno da cidadania.

Não ter acesso aos bens culturais, dificulta o processo de aprendizagem e de desenvolvimento da auto-estima das crianças. Sabemos que é de suma importância conhecer e valorizar o patrimônio, para que a comunidade tenha acesso à sua própria identidade, e este conhecimento propiciará benefícios para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Conforme discute Maria Isabel Leite (2005), o acesso aos bens culturais permite que o sujeito se aproprie de diversas linguagens, estando mais aberto para relacionar-se com o outro e isso favorece a percepção de identidade e de alteridade.

A diversidade cultural de nosso país é construída por vários povos que aqui habitaram e contribuíram com sua memória na construção da identidade nacional. Dentro dessa diversidade cultural é constituído o patrimônio de uma nação. Assim, através do patrimônio cultural podemos criar conceitos, explorando-os e questionando-os, como forma de resgatar a história de uma comunidade e entendê-la em diferentes épocas. Desse modo, torna-se possível o respeito à diversidade cultural, étnica, regional e lingüística do país. Uma vez que, como esclarece Maria Isabel Leite e Luciana E. Ostetto (2005, p. 23) “é no diálogo com o outro e com a cultura que cada um é constituído, desconstruído, reconstruído, cotidianamente”. Isso nos leva a pensar que, quanto mais estivermos em contato com outras pessoas, mesmo que

seja através de filmes, vídeos e outros objetos culturais, maior será a nossa capacidade de aprender e valorizar aquilo que é nosso e de respeitar o que é do outro.

Segundo Horta (2003, p.2), através da observação direta e da análise dos objetos propicia tanto à criança quanto ao adulto a oportunidade para experimentar em sua vivência os métodos dos cientistas e a partir daí tirar suas próprias conclusões sobre as teorias aplicadas. Ela ainda afirma que:

O aprendizado desse método investigatório é uma das primeiras capacitações que se pode estimular nos alunos, no processo educacional. Desenvolvendo suas habilidades de observação, de análise crítica, de comparação e dedução, de formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observados (HORTA, 2003, p. 2).

Na escola as crianças aprendem a conviver com diferentes culturas e, sendo assim, faz-se necessário que o educador os estimule a valorizar o outro e a si mesmo e isso pode ser feito através de um objeto cultural.

Paulo Freire (1996), também aborda a importância do professor para a Educação Patrimonial, no sentido em que ele desenvolva suas aulas de forma consciente, reconhecendo que o seu papel é o de interagir com os alunos na construção do reconhecimento cultural dos mesmos e não como detentor do conhecimento.

Sou tão melhor professor, quanto mais eficazmente consiga provocar o educando no sentido de que prepare ou refine sua curiosidade, que deve trabalhar com minha ajuda, com vista a que produza sua inteligência do objeto ou do conteúdo de que falo. Na verdade, meu papel como professor, ao ensinar o conteúdo *a* ou *b*, não é apenas o de me esforçar para, com clareza máxima, descrever a substantividade do conteúdo para que o aluno o fixe. Meu papel fundamental, ao falar com clareza o objeto, e incitar o aluno a fim de que ele, com os materiais que ofereço, produza a compreensão do objeto em lugar de recebê-la, na íntegra, de mim... É por isso, repito que ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor (FREIRE, 1996, p.118).

Percebemos então, que a Educação se constitui como um processo que acontece de maneira contínua e que não cabe mais ao professor ter uma postura passiva em relação à Educação Patrimonial. Uma vez que, ele compreenda a importância desse tipo de educação, estará dando a sua contribuição no processo de valorização do patrimônio, não apenas para seu aluno como ser individual, mas sim como um ser que vive em uma sociedade e interage com ela.

2.3 A importância da Educação Patrimonial nas escolas e na comunidade

Por muito tempo a Educação voltada para o trabalho com o patrimônio era restrita apenas aos museus e por consequência as atividades relacionadas à sua valorização e preservação. Porém, hoje em dia essa questão se ampliou de tamanha forma que esse tipo de educação rompeu as barreiras dos museus e tem adentrado em diversos ambientes. Um desses ambientes é a escola que se constitui sem presunção num dos mais importantes veículos de transformação da sociedade, visto que, na escola o aprendizado do aluno não acontecerá apenas nos aspectos pedagógicos que competem a cada disciplina, mas sim, e principalmente ao se trabalhar as questões referentes à Educação Patrimonial que favorecerá o desenvolvimento do seu aluno no sentido da construção de sua cidadania.

Entretanto, a realização de atividades voltadas à educação patrimonial é bastante escassa, pois a realidade das escolas em quase sua totalidade é precária, visto que, sofrem com a falta de material didático para que os professores possam desenvolver atividades diversificadas, assim como, não tem a devida assistência por parte da Secretária da Educação, no sentido de disponibilidade de locomoção para os alunos, assistência especializada para os indivíduos portadores de deficiência, entre outros entraves enfrentados. No entanto, os professores podem utilizar objetos do próprio cotidiano do estudante para desenvolver atividades, como por exemplo, incentivá-los a investigar a própria escola ou a sua casa. Desse modo, o aluno poderá identificar a decoração, investigar a época em que foi construída, a cor da pintura, o material com que foi feito, dentre outras questões as quais os alunos devem sentir-se livres para propor perguntas, ampliando a forma de compreender e identificar os materiais construtivos do patrimônio.

Assim, Maria Londres Fonseca (1997, p. 43) afirma que “a escola cumpre de forma muito precária e limitada uma de suas funções principais, que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum, e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito”. Dessa forma, nota-se que aprender a lidar com o patrimônio cultural, vindo a preservá-lo, depende e muito, do conhecimento e de uma educação voltada à compreensão e valorização da diversidade.

Nesse sentido, cabe a escola fazer com que as crianças sintam-se atraídas pelos espaços culturais, isso por que, se, desde cedo, elas tiverem entendimento e acessos aos bens culturais terão uma visão diferenciada de contemplador ativo, com indagações, necessidades,

desejos e anseios que lhes é particular. No entender de Leite (2005, p.38) “a relação da criança com os espaços culturais é, ainda muitas vezes, de espectadora distante e não de contempladora ativa. Sua produção não é necessariamente exigida – não lhe é solicitada como produto cultural”. Percebemos então que, as crianças muitas vezes são levadas aos espaços culturais com a preocupação apenas de aprender simplesmente aquilo que lhes é solicitado a aprender num determinado espaço, esquecendo que as crianças também são produtores de cultura que possuem conhecimentos anteriores e logo vão ser colocados em prática, diante de qualquer situação. Desse modo, não levam em consideração a liberdade de seus questionamentos, suas necessidades e indagações que muitas vezes surgem ao estar em contato com o objeto cultural.

Aplicar Educação Patrimonial na escola resulta em fazer com que as crianças se reconheçam e reconheçam o patrimônio, vindo a valorizá-lo e entendê-lo como um referencial de identidade individual e coletiva. No entanto, Paulo Freire (1996, p. 22) esclarece que o educador ao desenvolver suas atividades deve estar convicto de que “ensinar não é transferir conhecimento, mais criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Dessa forma, acreditamos que a criança deve ter total liberdade de expressar-se de forma crítica e assim, construir sua própria opinião.

... É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes (FREIRE, 1996, p.26).

Assim, podemos compreender o quão se faz imprescindível que a escola exerça sua função de abrir os olhos dos seus alunos para que percebam todas as riquezas culturais que os cercam e fazê-los notar a influência direta que os bens materiais e imateriais exercem em suas vidas. No entanto, o que temos visto acontecer é totalmente o contrário, já que as escolas por muito tempo se fizeram ausente nessa abordagem não cumprindo seu papel de promover a descoberta da cidadania de seus alunos e assim, contribuir para o seu desenvolvimento social. Lembrando que a educação é o meio mais eficaz de assegurar o conhecimento e compreensão do passado para a realização de um futuro mais pleno no âmbito social. Para tanto, o professor pode lançar mão de vários métodos ou procedimentos como observação e análise de um objeto, uma festa, uma fotografia, um museu ou um monumento para trabalhar as questões culturais com seus alunos. Porém, para que ele alcance um bom desempenho é necessário que

ele reconheça de maneira clara seus objetivos para cada atividade a ser realizada. E a partir daí, o professor poderá propor investigações que irão despertar o interesse das crianças em relacionar, deduzir, comparar e principalmente utilizar seu raciocínio de forma lógica e construtiva.

Desse modo, podemos levar em consideração o que Maria de Lourdes Horta aborda sobre a Educação Patrimonial, no sentido de que, podemos utilizar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto principal para desenvolver atividades educativas, e assim, observá-los, e explorar todos os seus aspectos e potencialidades que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Seguindo essa linha de raciocínio podemos ver que a Educação Patrimonial pode trazer grandes contribuições para a sociedade, uma vez que, através do conhecimento, aprendemos a valorizar e a preservar os bens culturais.

2.4-Educação Patrimonial na Escola Ana Nery

Neste tópico abordaremos a Educação Patrimonial na Escola Ana Nery, enfatizando sua importância e a sua efetivação no processo de conscientização e valorização do patrimônio. Para fazermos esta análise, utilizamos como técnica de estudo questionários que foram realizadas com alunos, professoras e equipes gestora, nos dias seis, nove e dez do mês de novembro de dois mil e dez. O questionário objetivava traçar a idéia que eles possuíam de patrimônio e, conseqüentemente, entender como é trabalhada esta temática na escola.

Percebeu-se através dos questionários que a Escola Ana Nery não tem demonstrado a devida preocupação em trabalhar com métodos de Educação Patrimonial. O que ocorre de fato é que a escola leva seus alunos a fazerem visitas em alguns locais como a Casa de Câmera e Cadeia, a Casa dos Velhos, na Biblioteca Municipal, entre outros. Porém, essas visitas acontecem de forma descontextualizada, pois não são devidamente trabalhadas como se propõe na Educação Patrimonial, criando possibilidades para que as pessoas conheçam a história de sua cidade de maneira multidisciplinar.

Assim, podemos entender que a conscientização da valorização da história de seus antepassados se dá de forma indireta e não no sentido de uma educação voltada para trabalhar as questões patrimoniais em meio ao ambiente social em que se encontram inseridas. Isso nos

leva a reconhecer que na verdade, os educadores estão mais interessados em conhecer a história de Cachoeira, esquecendo que todo conjunto arquitetônico e natural que constitui a cidade, assim como suas manifestações culturais estão carregadas de informações sobre seus antepassados e que através deles podemos adquirir conhecimentos que melhorarão a vida em sociedade.

Nesse sentido, desenvolver a metodologia da Educação Patrimonial na Escola Ana Nery terá como resultado a formação de estudantes capazes de reconhecer seus bens culturais, ao mesmo tempo em que cria possibilidades das crianças se apropriarem dos bens culturais, transformando a sua realidade, pois ele passará de expectador passivo a sujeito ativo e construtor de seu conhecimento. Sobre isso Maria de Lurdes Horta diz que:

Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o Patrimônio imaterial e natural, são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada área/disciplina, e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos (HORTA, 2003, p.36).

Percebemos com isso, que o estudo sobre os bens culturais se torna um grande aliado para a educação no sentido em que desenvolve nos alunos habilidades indispensáveis a vida em sociedade. Dessa forma, todas as suas experiências e idéias que resultam do seu cotidiano passarão a ter novos significados fortalecendo a auto-estima das crianças. Em contrapartida, o não desenvolvimento da Educação Patrimonial poderá acarretar a alienação dos alunos no tocante ao conhecimento e valorização dos bens culturais e, conseqüentemente, comprometer a perpetuação da sua identidade e respeito às identidades que lhes é diferente, dificultando o exercício da tolerância e respeito às diversidades culturais.

3. CONSCIÊNCIA DA COMUNIDADE

3.1 Caracterização do ambiente de pesquisa

Essa pesquisa de monografia foi realizada na Escola Ana Nery. Datada do começo do século XX, a Escola possui estilo neoclássico.

Para efeito deste estudo, a pesquisa foi dividida em três etapas. A primeira com visitas à secretaria de educação, ao Instituto do Patrimônio Artístico Histórico Nacional (IPHAN) e conversas com algumas pessoas que possuem conhecimentos sobre a educação no município e acerca da organização da escola pesquisada. A segunda, através de observação direta na escola com aplicação de questionários junto aos professores e os alunos. A terceira fase foi dedicada à análise dos dados obtidos.

A primeira etapa foi dividida em três fases. Na primeira fase realizamos visitas a Secretaria de Educação para averiguar juntos aos documentos, a existência de algum programa educacional que contemple os aspectos de conscientização e valorização do patrimônio da cidade e particularmente da escola Ana Nery. Na segunda fase nos dirigimos ao IPHAN para obtermos informações relacionadas à construção da escola analisada e sua relação com a comunidade a qual a escola está inserida. Na terceira fase desta etapa realizamos conversas com algumas Professoras e um Historiador da cidade no intuito de obtermos através de fontes orais informações concernentes à pesquisa.

A segunda etapa foi dividida em duas fases: A primeira fase foi de observações no cotidiano escolar onde realizamos uma pesquisa de campo, através de visitas (previamente agendadas) para fazer um levantamento dos dados históricos de construção da escola ao mesmo tempo em que investigamos também a existência de algum projeto que proponha a preservação do patrimônio escolar, bem como, a identificação das adaptações curriculares e pedagógicas no tocante ao estudo e conscientização a respeito do patrimônio local.

Na segunda fase Foi utilizada, para a coleta dos dados a técnica de aplicação de questionário, com os educadores da instituição e com alguns alunos do 2º, 3º, 4º anos. Esse questionário seguiu um roteiro estruturado, contendo questões concernentes à educação patrimonial. Para efeitos de não expor as pessoas envolvidas na pesquisa a identidade dos entrevistados foi preservada, e dessa forma usamos letras e números para identificá-las.

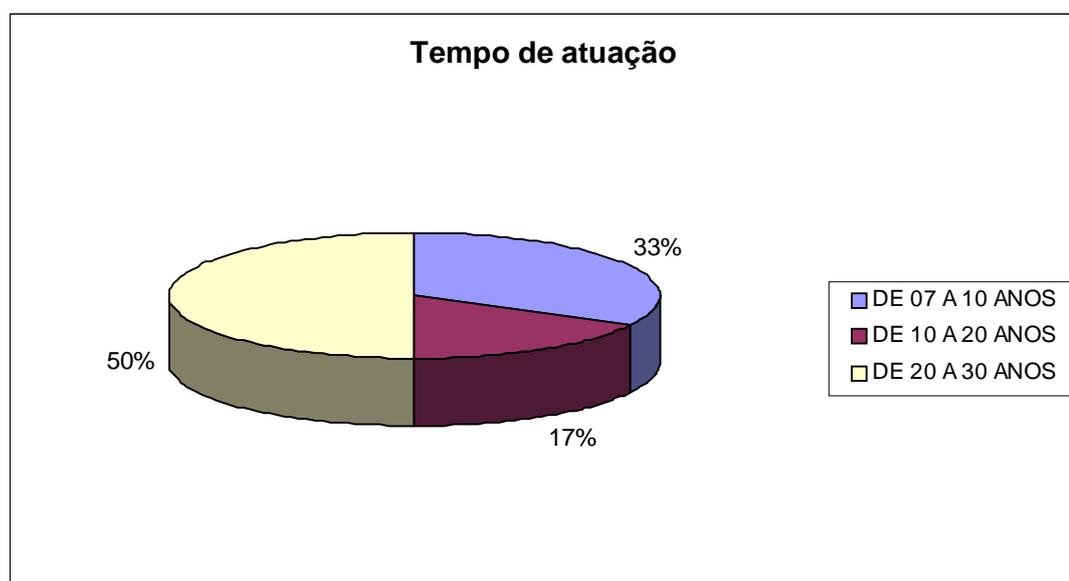
A terceira etapa foi dividida em três fases: A primeira foi reservada à análise dos dados obtidos através da observação direta na qual constam os dados relacionados à estrutura física da escola no tocante a preservação do seu patrimônio. A segunda fase foi destinada à análise dos dados obtidos através da aplicação dos questionários com os alunos e os professores. Nesta fase foi também elaborado um relatório abordando as concepções dos agentes envolvidos no objeto de pesquisa, E a terceira reserva-se às conclusões obtidas através da pesquisa.

3.2 Concepções dos educadores sobre a Educação Patrimonial

Com base nos dados obtidos através dessa pesquisa percebemos que os professores da escola analisada demonstram não possuir conhecimento substancial sobre o tema abordado. Visto que, 100% afirmaram ter conhecimento sobre o tema, porém, no momento da aplicação do questionário percebemos que na realidade elas não tinham um conhecimento real para responder aos questionamentos e em muitos momentos umas recorriam às outras no sentido de responder de forma que parecessem possuir tal conhecimento.

No que se refere ao tempo de atuação podemos dizer que, em media, os professores possuem 17 anos atuando na área de educação, cujo, 33% atuam na área entre 07 e 10 anos, 17% tem de 10 a 20 anos de atuação e 50% atuam entre 20 e 30 anos na área da educação. O gráfico abaixo nos dá uma visão dessa realidade:

GRÁFICO 1:

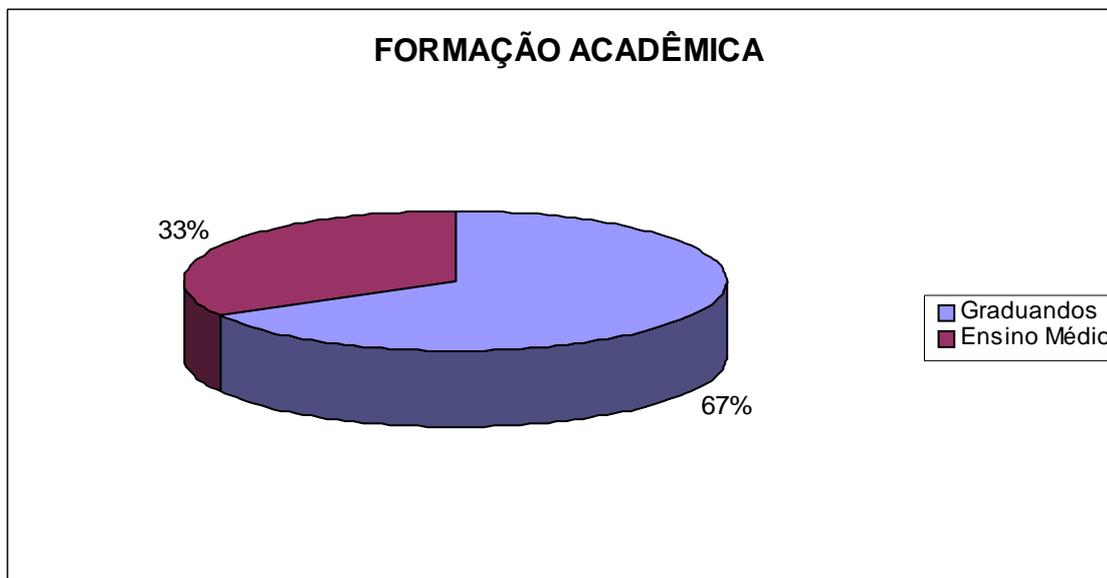


Outro aspecto importante a ser ressaltado é o fato de que todas as professoras que lecionam na escola, inclusive a diretora, são naturais da própria cidade e por isso já deveriam sinalizar uma maior proximidade com os patrimônios locais, visto que, cresceram vendo e ouvindo falar sobre cada um deles.

Por outro lado, para compreendemos a falta de aprofundamento ou atitudes relacionadas ao tema, percebemos que, na própria cidade não se desenvolve nenhum programa educacional voltado à abordagem e valorização dos bens culturais presentes nela.

Em relação à formação acadêmica desses educadores obtivemos a informação de que 67% deles estão cursando uma faculdade à distância na mesma cidade por intermédio de um convênio feito entre a Prefeitura Municipal e a faculdade FTC EAD, enquanto que, 33% delas possuem apenas o segundo grau no curso de magistério. Como pode ser visto no gráfico abaixo:

GRÁFICO 2:



É muito importante que os professores tenham uma capacitação profissional de nível superior, pois isso acarretará no crescimento individual para saber lidar com o mundo que o cerca, e terá uma bagagem maior de conhecimentos que enriquecerá seu trabalho em sala de aula, facilitando o contato com os alunos. Desse modo, o professor terá uma melhor preparação para trabalhar junto ao aluno, sabendo lidar com a realidade do mesmo. “se os professores não podem dar o que não têm, é preciso, antes de mais nada, que sejam cultos

para poderem dar cultura” (SACRISTÁN apud NOGUEIRA, 2010, p.4), a autora explica essa afirmação no sentido de que há necessidade do professor circular por outros espaços que não seja somente a sala de aula mas sim, diferentes espaços culturais para “ampliar seus referenciais estéticos”.

A Educação Patrimonial é uma realidade crescente em nossa cidade e por isso cresce também a necessidade de que tanto os gestores quanto os professores estejam inteirados sobre os aspectos relevantes a ela e preparados para melhor desempenhar seu papel frente a esta proposta de educação. Para identificar cada um dos educadores usamos as letras para representá-los. Dessa forma, indagamos as professoras se elas possuíam algum conhecimento sobre Educação Patrimonial, e obtivemos as seguintes respostas:

Educador A – Sim

Educador B – Sim, no entanto não trabalho em sala de aula.

Educador C – Não

Educador D – Sim

Educador E – Um pouco

Educador F – Sim

Percebemos através das respostas dos educadores pesquisados que, apenas o educador C reconheceu não ter conhecimento sobre o assunto enquanto que todos os outros responderam que tinha sim conhecimento sobre a Educação Patrimonial. O que nos chamou atenção foi o fato de que, no momento da aplicação do questionário todas elas confessaram não saber nem ao menos do que se tratava, mas por não quererem admitir a falta de informação responderam de forma afirmativa. Com isso percebemos o quão difícil se torna à inserção da Educação Patrimonial na escola pesquisada, levando em conta o tipo de pensamento que impera nos educadores da instituição, pois o primeiro passo para uma mudança nas ações educacionais é o reconhecimento da falta do saber e principalmente da importância de buscarmos a ampliação dos nossos conhecimentos. Podemos muito bem levar em consideração o que nos diz Paulo Freire:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p.29).

Dessa forma, entendemos que o professor não deve pensar a pesquisa como um mecanismo a mais a ser acrescentado ao ato de ensinar, mas pensar a pesquisa como parte de si mesmo como educador, que está sempre em busca de novas indagações.

Quando questionamos os educadores sobre o que eles entendiam por Educação Patrimonial no ensino fundamental nas séries iniciais, recebemos as respostas abaixo:

Educador A – É fundamental, pois mostrando o concreto, tem como os alunos absorverem melhor o conhecimento.

Educador B – Mostrar os objetos antigos de pessoas que não existe mais.

Educador C – Informações e conhecimento para preservar o patrimônio.

Educador D – É uma educação que deve ser preservada no nosso acervo patrimonial histórico e arquitetônico de nossa cidade.

Educador E – A educação para preservação do nosso acervo patrimonial histórico, tanto o material, como o imaterial.

Educador F – Entendo que nossos alunos precisam conhecer mais a história de seu município para aprender a preservar o acervo arquitetônico de sua localidade.

As respostas para essa questão foram impressionantes, considerando que no momento anterior os educadores não demonstraram ter conhecimentos sobre o tema e quando afirmaram ter, as referidas informações eram sempre de forma bastante superficial.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao individuo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o á compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e a valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural(HORTA, 1999, p.6).

Percebemos também que no momento de responder as questões houve certa coincidência nas respostas dos educadores, pois as respostas foram bastante parecidas, o que nos leva a deduzir que possa ter havido um compartilhamento de informações sobre as questões. Considerando que a Educação Patrimonial desenvolve métodos a fim de estimular a

consciência dos alunos em relação à preservação e o sentimento de que fazem parte do patrimônio da cidade buscamos saber se a referida escola desenvolve alguma atividade de Educação Patrimonial, ao passo que tivemos as seguintes respostas:

Educador A - Sim, no dia das mães levo os alunos para visitarem o asilo e os monumentos.

Educador B – Não, por que não está inserido no projeto político pedagógico.

Educador C – Sim, fazendo palestras.

Educador D – Sim,

Educador E – Sim, promovendo passeios pelos monumentos históricos

Educador F – Sim, fazendo murais e cartazes na sala.

Notamos nas respostas acima, que há uma divergência entre o que os educadores afirmam realizar e o que realmente acontece, pois em conversa com os professores alguns deles nos confessaram não realizar nenhuma atividade extra-escolar, pois a direção da escola não dá importância para essas atividades. Nesse momento percebemos que, a escola prefere seguir um currículo pré-estabelecido, onde as atividades acontecem baseadas nos livros didáticos e no ambiente formal.

Tendo em vista que Cachoeira é uma cidade tombada pelo patrimônio histórico nacional, indagamos aos educadores sobre de que maneira eles são orientados a trabalharem com seus alunos as questões relacionadas ao patrimônio. Recebemos as respostas listadas abaixo:

Educador A – Sou orientada por mim mesma e transmito para os alunos. Por exemplo, trago vídeos que falam sobre a Cidade de Cachoeira para os alunos conhecer a história de sua cidade.

Educador B – Não. Uns alunos da UFRB nos trouxeram algum conhecimento.

Educador C – Não

Educador D – Somos orientados a trabalhar sobre os lugares que são tombados pelo patrimônio enriquecendo o vocabulário dos alunos.

Educador E – Uma vez por ano durante a Jornada Pedagógica

Educador F – Somos orientados sempre para salientar nossos alunos sobre o nosso patrimônio histórico, pois moramos em uma cidade Heróica e de grande repercussão histórica.

Diante das respostas acima, percebemos que alguns deles admitiram não receberem nenhum tipo de orientação, enquanto que outros dizem que sim. Isso implica no fato de que há contradições entre as respostas, uma vez que, se realmente houvesse um programa de orientação acerca da Educação Patrimonial não seria reservado a alguns educadores da instituição, e sim a todos.

Tendo em vista que, Cachoeira é Tombada em instância Federal, é de suma importância que à Secretária da Educação passe a prestar devida atenção ao patrimônio inserido ao seu redor e desenvolver ações de cunho Pedagógico, a fim de estimular a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do município.

3.3 – Visão dos alunos sobre o patrimônio cultural

A Educação Patrimonial tem grande influência no processo de desenvolvimento cognitivo dos alunos e tem como papel principal o de construção do conhecimento dos processos culturais e suas manifestações, levando os alunos a terem um interesse maior em conhecer de forma consciente o ambiente que o cerca e desenvolver neles a confiança em si próprio para que possam responder as ações escolares e sociais como sujeitos ativos e independentes, e não como meros receptores. Dessa forma, pesquisamos cinquenta alunos para sabermos o que eles entendiam sobre Patrimônio. Para identificá-los utilizamos letras como um meio para representá-los. As respostas foram às seguintes:

Aluno A – Não sei

Aluno B – Não sei

Aluno C – Não sei

Aluno D – O patrimônio da Boa Morte e da Ponte.

Aluno E – Não sei

Aluno F – Não sei

Aluno G – Não sei

As respostas acima deixam claro para nós que os alunos estão distante do conhecimento sobre o que é patrimônio, mesmo morando numa cidade inteiramente inserida nesse contexto. Visto que, a maioria dos alunos, ou seja, 32 alunos responderam que não sabiam o que era patrimônio, já os que diziam saber só respondiam que era o patrimônio da Boa Morte, mas não sabiam nos explicar.

Essas respostas negativas nos fazem refletir bastante, visto que, anteriormente foi questionado aos educadores se eles realizavam alguma atividade nesse sentido e eles responderam que sim. Porém, isso nos leva a pensar, porque eles dizem que realizam esse tipo de atividade e os alunos não tem conhecimento sobre o patrimônio? Por vergonha ou por qualquer outro motivo, os professores foram levados a afirmar tais perguntas, sendo que, através dos contatos que tivemos podemos constatar realidades divergentes. Desejamos que, a partir desse contato nosso, os professores possam refletir sobre a possibilidade de realmente trabalhar a Educação Patrimonial com seus alunos. Esperamos que eles busquem através de pesquisa e de qualquer outra fonte de informações, conhecimento para saber lidar com as questões patrimoniais para trabalhar tanto em sala, quanto em qualquer lugar, sabendo que isso resultará no reconhecimento de suas heranças culturais. Sobre isso, Allana Pessanha de Moraes nos fazem ficar atentos ao fato de que:

A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social (MORAES, 2005, p.2).

Questionamos também aos alunos se eles sabiam quais os patrimônios de sua cidade, e obtivemos as seguintes respostas:

Aluno A – A Câmara e a Ponte

Aluno B – Igreja da Ajuda, e Boa Morte

Aluno C – Boa Morte

Aluno D – Boa Morte

Aluno E - Boa Morte.

Aluno F – Irmandade da Boa Morte

Aluno G – Boa Morte

Aluno H – Boa Morte

Esses dados nos fazem compreender que realmente o conhecimento dos alunos é superficial, pois a maioria deles, atribuem o patrimônio da cidade apenas a Boa Morte. Quando eles se referem à Boa Morte estão falando da Irmandade da Boa Morte¹, (Festa religiosa que acontece todo mês de agosto na cidade de Cachoeira).

Outro aspecto que nos chamou atenção foi o fato de que eles, em sua maioria, reconhecem como patrimônio da cidade um dos patrimônios imateriais, visto que, geralmente as pessoas definem o patrimônio como bens materiais.

É lamentável que a maioria das escolas, inclusive a Ana Nery ainda não discutam com seus alunos as questões referentes ao patrimônio. Quando perguntamos aos alunos se eles acham que as questões de preservação do patrimônio devem ser ensinadas nas escolas e por que, todos eles responderam que devem ser ensinadas sim, para as crianças aprenderem. Nesse momento um dos educando nos chamou a atenção ao responder: “é para a criança aprender, por que se a escola ensinasse sobre o patrimônio eu agora saberia responder”. Essa afirmação demonstra a vontade de conhecer e aprender sobre o patrimônio de sua cidade. Percebemos na fala desse educando a vontade de conhecer e ao mesmo tempo a sua decepção em não saber responder. Os conhecimentos sobre Educação Patrimonial devem ser inseridos nas listas de conteúdos a serem estudados na escola, pois além de ser um complemento no currículo formal, torna-se uma prática social de preservação da memória. Questionamos também os alunos se eles, enquanto moradores de Cachoeira sentem que os patrimônios existentes na cidade também lhes pertencem. Em relação a essa questão mais uma vez os alunos foram quase unânimes em afirmar que sim. Exceto oito alunos dos entrevistados disseram não ter o sentimento de pertença dos patrimônios, pelo fato de que eles moram na zona rural e não na cidade. Isso nos leva a entender que realmente a instituição não desenvolve nenhum programa de conscientização dos alunos no sentido de despertar isso. Vale ressaltar que esse sentimento de pertença tem um papel muito importante no reconhecimento da identidade cultural. Visto que, a identidade cultural é um processo de

¹ A Irmandade da Boa Morte é uma confraria católica, formada por mulheres negras, que na época da escravidão dava fuga aos escravos dos engenhos de cana-de-açúcar. Depois que os escravos foram libertos, ou seja, depois da abolição da escravatura, essas mulheres fundaram a entidade que hoje funciona em um conjunto de quatro sobrados do século XVIII. Assim, durante cinco dias do mês de agosto acontece a Festa da Boa Morte, resultado da força e coragem dessas mulheres.

reconhecimento, ou seja, é reconhecer a si mesmo e tudo aquilo que lhes pertence, além do mais, a identidade cultural assume um papel importantíssimo na relação entre o indivíduo e a sociedade em que está inserido ao passo que nesse processo se dá a apropriação dos bens culturais.

Ao explorar os bens culturais as crianças adquirem novas experiências e se apropriam desses bens, fortalecendo a sua identidade cultural. Daí a importância em conhecer o que realmente é nosso e o que define as nossas heranças culturais.

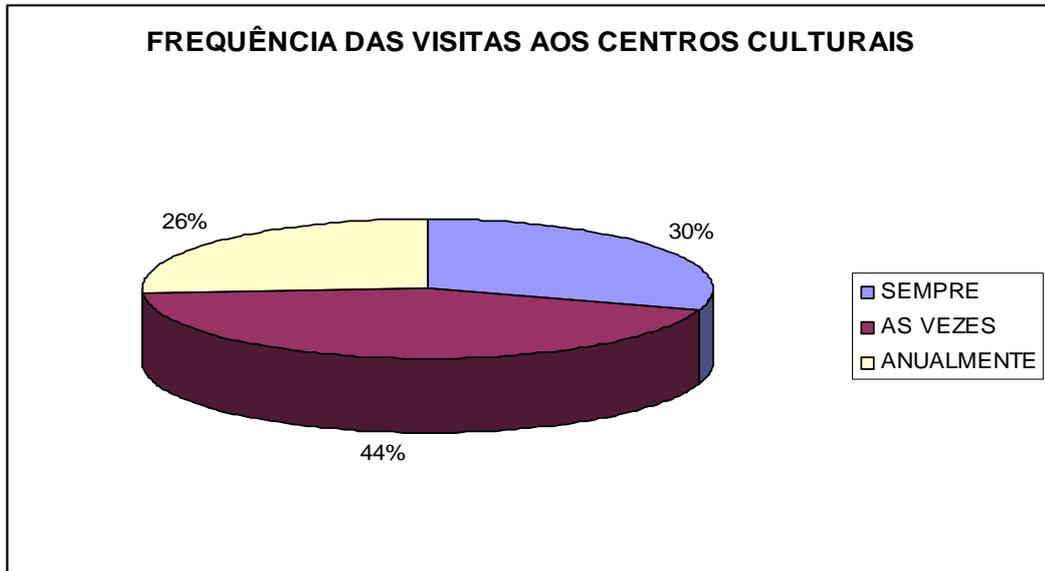
No que se refere à visita a centros culturais como museus, arquivos, bibliotecas, buscamos averiguar se os alunos praticavam esses tipos de atividades, as respostas foram surpreendentes tendo em vista que praticamente todos eles afirmaram que sim.

Assim, utilizamos a tabela abaixo para melhor compreendermos de que modo ocorrem essas visitas aos centros culturais:

ÀS VEZES	SEMPRE	ANUALMENTE
Para identificar os estudantes que visitam os centros culturais pelo menos quatro vezes ao ano.	Para aqueles que freqüentam em média a cada três meses.	Para aqueles que freqüentam apenas uma vez ao ano.

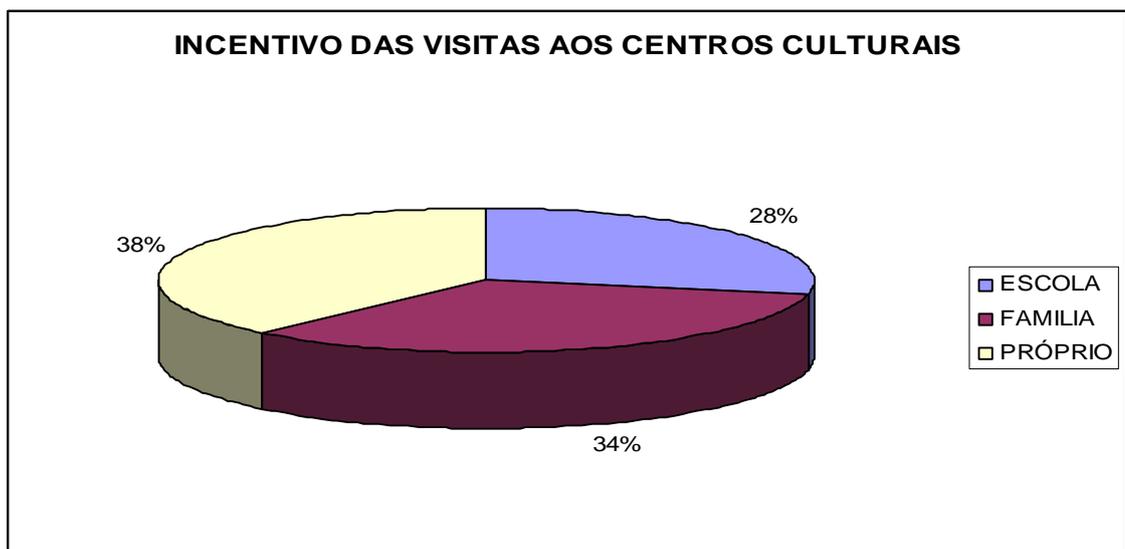
Dessa forma, questionamos com que frequência eles realizavam essas visitas e percebemos que 30% dizem freqüentar sempre, 26% afirmam ir às vezes, enquanto que 44%, afirmam visitar os locais de cultura anualmente. Isso pode ser observado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 3:



As informações acima nos instigaram a querer saber através de quem aconteciam essas visitas. Ao passo que descobrimos que 28% são estimulados pela escola, 34% pela família e 38% se auto-incentivam. Através do gráfico abaixo podemos ter uma base do que foi explanado acima.

GRÁFICO 4:



É necessário visitar os espaços culturais para que nós possamos de fato nos apropriar dos nossos bens culturais. É preciso desenvolver atividades fora do ambiente escolar para que a criança aprenda a lidar com o mundo que o cerca. Não adianta levar apenas filmes e vídeos para a sala, a criança precisa conhecer e experimentar o contato direto, “não é apenas necessário termos acesso às artes pelos álbuns, por filmes, pelo rádio, pelos discos, pela televisão; é necessário ir a museus, a concertos, a teatro, a cinemas, a exposições. É necessário visitar monumentos. É necessário poder ler” (COLI apud LEITE, 2005, p.24).

Segundo esse pensamento percebemos que não adianta que as escolas apenas se abasteçam de acessórios de multimídias com o propósito de permitir ao seu aluno o contato com o patrimônio cultural, pois assim, isso acontecerá de maneira indireta. Se o educador se propõe a realmente fazer com que o seu aluno conheça e reconheça o patrimônio que o cerca é de extrema importância que proporcione uma experiência direta e pessoal na qual o educando poderá vivenciar todo o conhecimento adquirido. Nesse sentido, a escola necessita implantar ações educativas no âmbito da Educação Patrimonial em seu programa de ensino/aprendizagem, para que os alunos possam explorar as informações que os bens culturais oferecem e assim, exercer a cidadania e a responsabilidade para com os bens culturais, vindo a preservá-lo e valorizá-lo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Patrimonial propicia uma imensa riqueza no processo de conscientização e preservação dos patrimônios, pois tem como papel principal o de construtor do conhecimento com base nos bens materiais e imateriais, favorecendo assim o fortalecimento da memória de um povo. Dessa forma, nós percebemos o quão importante é, que as escolas ofereçam esse tipo de educação, pois aliada ao ensino pedagógico poderá favorecer o desenvolvimento pleno dos alunos. Para tanto, o educador precisa estar preparado para fazer com que seu aluno tenha confiança em si próprio e possa responder as ações escolares e sociais como sujeitos ativos e independentes e não como meros receptores de conhecimentos, para que dessa forma possa despertar neles o interesse pela preservação de sua herança cultural.

A realização dessa pesquisa nos proporcionou a oportunidade de compreender as mudanças pelas quais a escola Ana Nery vem passando ao longo dos anos. E percebermos também quão urgente se faz que a Educação Patrimonial seja posta em prática para que possa abarcar em seu contexto as questões relacionadas à preservação da cultura de um povo.

No entanto, para que isso ocorra é primordial que o sistema educacional em sua amplitude e suas bases passe por uma reformulação no que diz respeito a sua organização; sua estrutura curricular; os métodos e técnicas utilizadas em salas de aula; e recursos educativos específicos; preparo dos profissionais da educação para garantir o acesso das crianças aos bens culturais e por fim a conscientização de toda a comunidade escolar.

Através desta pesquisa realizada junto à escola Ana Nery no município de Cachoeira, notamos que nos últimos anos há um interesse maior na valorização da educação neste município. No entanto, percebemos que a escola pesquisada não possui nenhum programa voltado para a questão da Educação Patrimonial. O que para nós foi um dado estarrecedor, visto que, a cidade de Cachoeira é tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e por isso esperávamos que desenvolvesse algum tipo de atividade relacionada ao tema em estudo.

Podemos perceber também que a escola Ana Nery não está preparada efetivamente para atender aos educandos numa proposta de educação voltada para a conscientização sobre o patrimônio. Isso porque a própria escola na pessoa de seus dirigentes se mostram muito

passivas em relação ao desenvolvimento atividades educativas que visem à valorização do patrimônio e o desenvolvimento dos educandos enquanto cidadãos.

Constatamos que os educadores não demonstram muito interesse em se especializar ou aprofundar seus estudos sobre o assunto em pauta, alegando que não realizam esse tipo de ensino porque não recebeu a devida orientação da Secretaria de Educação do Município. Alguns dos educadores da instituição até afirmam que realizam algumas atividades, porém percebemos através de suas falas que lhes faltam conhecimento, pois a Educação Patrimonial tem uma metodologia interdisciplinar, havendo diversas possibilidades de se trabalhar com o Patrimônio Cultural.

Sabemos que é de suma importância que as Secretarias de Educação dos Municípios estejam desenvolvendo projetos, capacitações que deixem os educadores aptos a atender aos seus alunos de forma segura para ter êxito nas atividades que serão desenvolvidas. Visto que, para que a Educação Patrimonial aconteça é fundamental que os elos educacionais (secretaria de educação, gestores, coordenadores, professores e comunidade escolar) estejam atuando numa mesma sintonia.

Ao investigarmos sobre a visão da Escola Ana Nery no que compete à importância dada a Educação Patrimonial para a formação de seus estudantes em cidadãos conscientes do processo de valorização do patrimônio cultural, concluímos que a referida instituição não demonstra uma visão totalmente favorável à inserção da Educação Patrimonial em seu currículo.

No tocante aos estímulos dados aos professores para desenvolverem atividades educativas, visando o respeito e a valorização da diversidade cultural, percebemos que não existe nenhuma atitude motivadora para que os professores realizem as tais atividades.

Em relação à contribuição dos professores para a conscientização dos alunos acerca da importância da preservação dos bens culturais, chegamos à conclusão de que os professores não desenvolvem nenhuma ação que possa fazer com que os alunos reflitam sobre a importância da preservação do patrimônio como prática social.

Dessa forma, os resultados deste trabalho de pesquisa poderão servir para reflexão da ação educativa desenvolvida pela escola Ana Nery e sua contribuição na formação da consciência crítica de seus educandos, esperando-se que esta reflexão resulte em posições concretas para a prática da Educação Patrimonial. Assim, como esperamos que este estudo sirva também, para que a Secretaria de Educação do Município possa elaborar projetos

educacionais que abranja essas questões no ensino, não apenas na escola analisada, mas, em todas as escolas da cidade, possibilitando a valorização e preservação da herança cultural e social dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAS, Lina Maria Brandão; TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza. **Os Museus e o Ensino de História**. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT1603.htm>. Acesso em: 21 de Abril de 2010.

CARMELATO, Fabiana; COSTA, Carlos Alberto Santos; ETCHEVARNE, Carlos Alberto e FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Caderno de Educação Patrimonial Patrimônio Arqueológico da Bahia: Material Didático para Professores de Ensino Fundamental e Médio**. Salvador: UFBA/ MAE, 2007.

DIAS, Guilherme e SOARES; André, Luis Ramos. **Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível**. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/nep2.pdf>. Acesso em: 14/09/2010.

FARIA, Nathalie Danif Moreira; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **A Educação Patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco**, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/hospitalidade/article/view/302/294>. Acesso em: 13/09/2010.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à Museologia Moderna**. In: *Museus e sua história*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. UFRJ- IPHAN, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996(Coleção Leitura).

FACCIO, Neide Barrocá; CARRE, Gabriela Machado; SOUZA, Hellen Cristiane. **Educação Patrimonial se faz no Museu, na Escola e junto à Comunidade**.

Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/ENNEP/Trabalhos%20em%20pdf%20-%20Encontro%20de%20Ensino/T19.pdf>, 2007. Acesso em 18/01/2011.

GRUNBERG, Evelina. **Educação Patrimonial**: Utilizando os Bens Culturais como Recursos Educacionais, 1995. Disponível em:

http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 13/09/2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; Grunberg, Evelina; Monteiro, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

_____. **Educação Patrimonial**, 2003. Disponível em:

<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/pgm1.htm>. Acesso em: 21/08/2010.

LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana E. **Museus, Educação e Cultura**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2005.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a História do Museu**. CADERNO de diretrizes museológicas I. Brasília: Ministério da cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2º Edição.

MARCOS, Silvio de Santana. **O que é Cidadania**. Disponível em:

<http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>. Acesso em 04/ 01/11.

MELLO, Francisco de José. **História da cidade de Cachoeira**. Feira de Santana, BA: Editora Radami, 2001.

_____. **Crônicas Memoriais**. Feira de Santana, BA: 1ª Edição, Editora Gráfica Clínica dos Livros, 2009.

MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas Escolas**: Aprendendo a Resgatar o Patrimônio Cultural. Consultado em: < www.cereja.org.br >. Acesso em 07/05/2010.

MUNANGA, Kabengele; Gomes, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Ação Educativa, 2006.

NETO, José Francisco de Melo. **Educação popular - sistema de teorias intercomunicantes**. Disponível em:
http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_educacao_popular_-_sistema_de_teorias_intercomun.pdf. Acesso em: 14/ 09/2010.

NOGUEIRA, Monique Adries; ALMEIDA, Célia Maria de Castro; LOPONTE, Luciana Gruppelli. **Formação Cultural dos Professores**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/10343907-formacaocultural.pdf#page=4>

PRIMO, Judite Santos. **Pensar Contemporaneamente a Museologia**. Cadernos de Sociomuseologia 16). Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, 1999.

ROCHA, Rubens. **A Fascinante Cachoeira**: Jóia do Recôncavo Baiano. 1º Edição. Santa Bárbara: Grasb – Gráfica, 2002.

SANTOS, Edmar Ferreira. **Sambas, Batuques e Candomblés em Cachoeira – Ba**: A construção ideológica da cidade do feitiço, Salvador, 2007. Disponível em:
http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/EdmarFerreiraSantos.pdf. Acesso em: 10/08/2010.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

STUART, Hall. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11. ed. – Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

SUANO, Marlene. **O que é Museu?** São Paulo, SP: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1986.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A Educação patrimonial no ensino de História**, 2008.

Disponível em: www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewfile/868/347.

APÊNDICE A - Escola Ana Nery – Século XXI



Fonte: Fotografia da autora

APÊNDICE B - 2º ano Ensino Fundamental nas Séries Iniciais.



Fonte: Fotografia da autora

APÊNDICE C - 3ºano do Ensino Fundamental nas Séries Iniciais.



Fonte: Fotografia da autora

APÊNDICE D - 4ºano do Ensino Fundamental nas Séries Iniciais.



Fonte: Fotografia da autora.

APÊNDICE E - Jardim Grande, localizado em frente a Escola Ana Nery



Fonte: fotografia da autora

APÊNDICE F - Antigo coreto do Jardim Grande, onde a Lira Ceciliana e a Minerva tocavam em época de Carnaval.



Fonte: fotografia da autora

APÊNDICE G - Jardim Grande e no centro o antigo coreto.



Fonte: fotografia da autora

APÊNDICE H – Questionário aplicado aos educadores da Escola Ana Nery



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

Curso: Graduação em Museologia

Disciplina: Pesquisa de TCC

Período: 8º semestre

Orientadora: Rita de Cássia Salvador

Discente: Evanilda dos Santos

Atividade proposta: Pesquisa para monografia

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Escola Ana Nery

1. Qual a sua formação acadêmica?

2. Quanto tempo atua na área da educação?

3. Possui algum conhecimento sobre Educação Patrimonial?

4. Caso possua, onde obteve informações?

curso de graduação

curso de extensão

palestras

leituras independentes

outros _____

5. O que você entende por Educação Patrimonial no ensino fundamental nas séries iniciais?

6. A escola desenvolve alguma atividade de Educação Patrimonial?

Sim

Não

7. Caso desenvolva explique para quê e como desenvolve?

8. Caso não desenvolva, a que fator você atribui a não realização dessas atividades?

9. Para você qual a importância em aplicar métodos de Educação Patrimonial na escola?

10. No projeto político pedagógico da escola é abordada a questão da conscientização da importância de preservação do patrimônio?

11. Você acredita ter conhecimento suficiente para desenvolver atividades que estimulem os alunos a preservar o patrimônio que os cercam?

12. Tendo em vista que Cachoeira é uma cidade tombada pelo patrimônio histórico nacional, de que maneira você é orientado (a) a trabalhar com seus alunos as questões sobre o patrimônio?

APÊNDICE I – Questionário aplicado aos educandos da Escola Ana Nery



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

Curso: Graduação em Museologia

Disciplina: Pesquisa de TCC

Período: 8º semestre

Orientadora: Rita de Cássia Salvador

Discente: Evanilda dos Santos

Atividade proposta: Pesquisa para monografia

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Escola Ana Nery

Alunos () Série _____

1. O que você entende sobre Patrimônio?

2. Quais os patrimônios de sua cidade?

3. Você visita algum centro cultural (museus, bibliotecas, arquivos, etc.)?

4. Caso realize esse tipo de atividade:

a) Com que frequência ocorre essas visitas?

sempre

as vezes

anualmente

b) Através do incentivo de quem?

escola

família

próprio

outros _____

5. Caso não realize esse tipo de atividade, explique por quê?

6. Você acha que as questões de preservação do patrimônio devem ser ensinadas nas escolas? Por quê?

7. O que você acha que deve ser feito para preservar o patrimônio da sua cidade?

8. Você enquanto morador de Cachoeira sente que os patrimônios existentes na cidade também lhes pertencem?

Anexo A - Praça Ubaldino de Assis e ao fundo encontra-se a Escola Ana Nery Década de XX



Acervo: Livro – História da cidade de Cachoeira (Francisco José de Mello, 2001)